



RELATÓRIO ANUAL

DAS

DEMONSTRAÇÕES

CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS

2013

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL
CNPJ Nº: 75.805.895/0001-30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2013

Senhores Acionistas,

Atendendo as disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Campolarguense de Energia - COCEL submete à apreciação dos Senhores o Relatório das principais atividades referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, acrescidas do Balanço Social, Demonstração do Valor Adicionado – DVA e Demonstração do Fluxo de Caixa, com os devidos pareceres dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e de Administração, dos quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da nossa Empresa para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

CARTA DO PRESIDENTE

A COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL, fundada em 05 de Março de 1968, é uma Sociedade de Economia Mista, inscrita no CNPJ sob nº.75.805.895/0001-30, de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, regendo-se de acordo com a Lei nº 6.404 de 15/12/76 e pela Lei Municipal nº 106/67 de 05/12/1967, tendo como principal atividade o serviço público de distribuição de energia elétrica no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, conforme Contrato de Concessão nº 27/99 – ANEEL.

Em 2013, a Companhia atingiu a marca de 45.596 unidades consumidoras atendidas, sendo que 168 com fornecimento em alta tensão. Com grande satisfação destaco que a energia elétrica está presente em todo o município. O cidadão campo-larguense e também aqueles que escolheram nossa cidade para viver contam com energia elétrica de qualidade, onde quer que residam. O território extenso e regiões rurais com abundante vegetação nativa foram desafios para as equipes técnicas da Companhia. Desafio este vencido por todos os colaboradores que possibilitaram que os moradores dos bairros mais longínquos possam contar com a qualidade de vida proporcionada pela energia elétrica.

A garantia da qualidade na energia distribuída e no atendimento prestado aos consumidores foi o foco da Companhia em 2013. Foram investidos R\$ 5.014 milhões em obras de ampliação, melhoria e reforço de rede de distribuição, veículos e outros bens indispensáveis a correta prestação do serviço público e 2.773 horas de treinamentos realizados. Iniciamos estudos para implantação de religadores automáticos e para a adoção de redes compactas em novas linhas de distribuição. Melhorias no planejamento técnico somado à manutenção preventiva constante para garantir índices de qualidade satisfatórios a todos seus clientes. Um novo escopo de nossos processos obteve Certificação de Qualidade ISO 9001. Temos o selo da ISO 9001 nos processos de apuração de indicadores de qualidade, recebimento e tratamento de reclamações e apuração de dados do atendimento comercial – todos relacionados diretamente ao serviço prestado.

Criamos também um novo canal de comunicação para que os consumidores possam avisar casos de interrupções não programadas – o sms (mensagem de celular). A nova ferramenta traz mais comodidade aos consumidores e agilidade em atendimentos emergenciais. A Agência Virtual passou a oferecer mais opções de autoatendimento, e foi três vezes mais utilizada em 2013 que no ano anterior.

Mesmo com as profundas mudanças no cenário do setor elétrico que ocorreram em 2013, o balanço mostra que a Companhia conseguiu adequar seus custos e atividades à nova realidade. Pudemos continuar realizando melhorias na rede de distribuição e oferecendo um serviço de qualidade a nossos consumidores.

Em nome de toda a direção, registro um especial agradecimento aos colaboradores da Companhia, que são os responsáveis pelo sucesso da empresa, e também aos prestadores de serviço, fornecedores, acionistas e a nossos consumidores. Boa leitura!

Cordialmente,

Emídio Pianaro Jr.

Diretor Presidente

A EMPRESA

Missão

“Atender seus consumidores com qualidade de Energia a preços competitivos”.

Visão

“Ser uma empresa que atenda ao mercado em suas necessidades de energia, infraestrutura e serviços correlatos”.

Princípios e Valores

“A COCEL, busca promover a satisfação dos consumidores, acionistas, colaboradores e fornecedores “.

Organização e Gestão

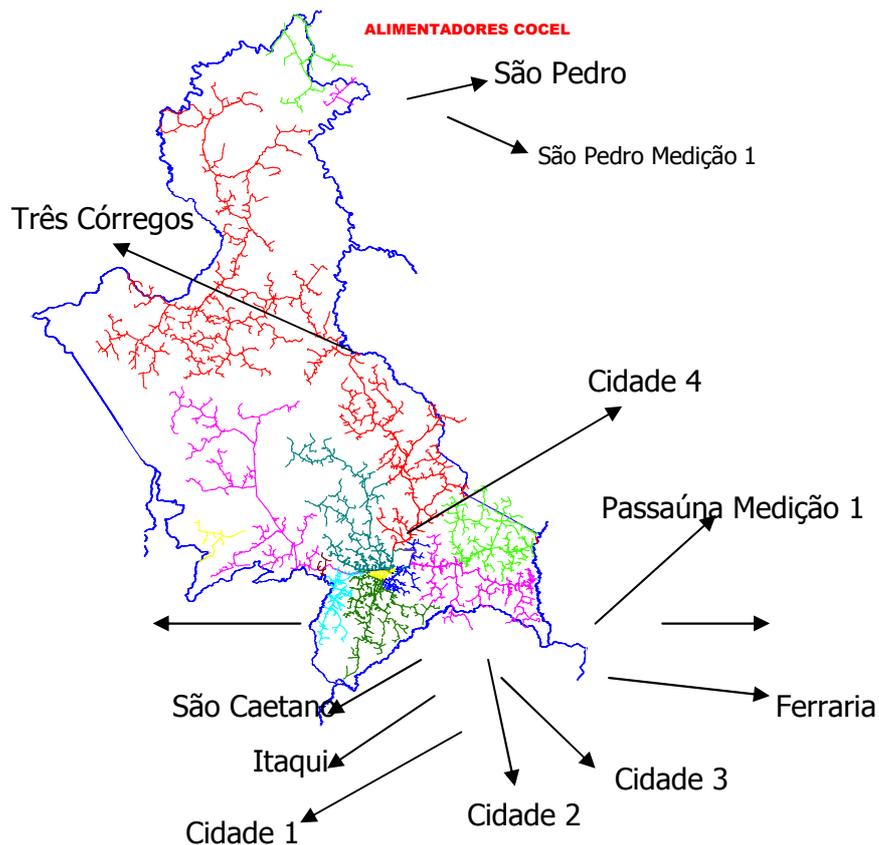
A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL atua no segmento de distribuição de energia elétrica há 45 anos, e tem se preocupado de forma constante na atualização de práticas de gestão corporativa, bem como nas questões relativas às tecnologias voltadas para sistemas de informações aplicados às empresas modernas, sem, no entanto, deixar de valorizar o seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo desses anos de existência da Companhia.

Perfil

A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL, fundada em 05 de Março de 1968, é uma Sociedade de Economia Mista, de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, o qual detém 99,6% do seu Capital Social.

A Companhia tem como atividade principal a distribuição e a comercialização de energia elétrica no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, que possui uma área de 1.250 km² e população de 112.377 habitantes, segundo dados do IBGE 2010.

A COCEL é uma Companhia eminentemente distribuidora de energia, sendo todo o seu mercado atendido através da compra de energia da Companhia Paranaense de Energia - COPEL.



Estrutura Organizacional



Assembleia Geral Ordinária: obrigatoriamente deverá ocorrer até 30 de abril, onde os Acionistas e Conselhos de Administração e Fiscais examinam as contas da Diretoria, discutem e deliberam sobre relatórios e Balanços anuais;

Conselho de Administração: Composto por onze acionistas eleitos pela Assembleia Geral com mandatos de três anos, podendo ser reeleitos. Compete ao Conselho de Administração, orientação sobre negócios da Companhia, eleger, destituir e fiscalizar diretores;

Conselho Fiscal: Composto por cinco membros efetivos e cinco membros suplentes, eleitos anualmente pela Assembleia Geral, podendo ser reeleitos. Suas atribuições, deveres e responsabilidades são estabelecidos no Estatuto Social e na Lei das Sociedades Anônimas;

Diretorias: Eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de três anos, podendo ser reeleitos;

Controladoria: No ano de 2007 foi instituído o Sistema de Controle Interno da Companhia, conforme termos do artigo 31 da Constituição Federal e artigo 59 da lei complementar nº 101/2000, com objetivo de promover a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, no tocante à legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade e eficiência na administração dos recursos e bens públicos.

Também tem a função de prestar contas e informações sobre a gestão da empresa perante o Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Governança Corporativa

A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL é uma Sociedade de Economia Mista, de Capital Fechado e regulado pela Lei 6404/76 das Sociedades Anônimas com alterações das Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009.

O Capital social realizado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 36.000 (trinta e seis milhões de reais), representado por 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações ordinárias sem valor nominal.

A composição acionária dos principais acionistas encontra-se discriminada na tabela abaixo:

	2013	2012
Prefeitura Municipal de Campo Largo	498.068.997	498.068.997
Demais Acionistas	1.931.003	1.931.003
Total	500.000.000	500.000.000

Auditoria Externa

A COCEL tem como contratada a empresa BEZ & Associados Auditores Independentes S/S para a prestação de serviços de auditoria das demonstrações contábeis.

ESTRUTURA E AMBIENTE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Abrangência da Área de Concessão - Mercado de Energia

A Concessionária distribui energia elétrica em todo Município de Campo Largo, Estado do Paraná, que abrange uma população de 112.377 habitantes, conforme estimativa do IBGE para 2010, e área de 1.250 km².

Atendimento ao Consumidor

O atendimento aos consumidores é realizado no Setor de Atendimento ao Público na sede Administrativa da COCEL e em outros canais alternativos onde o consumidor pode ter acesso aos serviços da COCEL sem sair de casa, que são ao atendimento telefônico gratuito (0800-7262121) e o site www.cocel.com.br.

A COCEL conta com um manual de Normas Técnicas a disposição de seus novos consumidores, sobre a instalação de Padrões de Entrada. Disponível na página eletrônica e também em sua Sede Administrativa.

Novas Ligações de Consumidores

Foram realizadas no ano 1.966 novas ligações, das quais 1.748 são da classe residencial. Totalizando no final do exercício de 2013, 45.596 consumidores contra os 43.630 consumidores de 2012, o que representa um crescimento de 4,5%. Destaque na classe residencial que representa 88,3% do número de consumidores.

Classe	2013	2012	Variação (%)	Participação (%)
Residencial	40.274	38.526	4,5	88,3
Industrial	549	506	8,5	1,2
Comercial	2.901	2.800	3,6	6,4
Rural	1.618	1.550	4,4	3,5
Poder Público	206	205	0,5	0,5
Iluminação Pública	1	1	-	-
Serviço Público	45	40	12,5	0,1
Consumo Próprio	2	2	-	-
TOTAL	45.596	43.630	4,5	100,0

Atendimento ao Consumidor

A Cocel dispõe de cinco canais de atendimento ao consumidor:

- Pessoalmente: realizado na sede da empresa, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h30.
- Teleatendimento: ligação gratuita para o telefone 0800-7262121, o atendimento comercial é realizado de segunda-feira a sábado, das 8h às 20h, e o atendimento a emergências 24h, todos os dias.
- Agência Virtual: disponível em tempo integral, em nosso site www.cocel.com.br.
- "Fale conosco" / e-mail atendimento@cocel.com.br: disponível em tempo integral, com link na página inicial do site oficial.
- Mensagem de sms: disponível em tempo integral, pelo telefone (41) 9106-9146, exclusivamente para informação de falta de energia.

A Companhia busca garantir que seus consumidores consigam acesso fácil e rápido a seus serviços, e por isso têm trabalhado para aumentar as opções de canais de atendimento e otimizar o serviço. Em 2013 o Setor de Atendimento registrou um total de 169.357 protocolos (média superior a 14 mil protocolos por mês).

Em agosto de 2013 foi implantado o serviço de informação de falta de energia por sms. Basta que o consumidor que esteja com problemas no fornecimento envie uma mensagem de celular para o número (41) 9106-9146, incluindo o número da unidade consumidora no conteúdo. Realizamos ampla campanha de divulgação do novo canal de comunicação, através de mensagens impressas na fatura de energia, campanhas em jornais e rádios locais. Em 2013 foram recebidas 231 mensagens por sms.

Os atendimentos realizados via Agência Virtual também aumentam significativamente, e através da Agência o consumidor tem acesso a diversos serviços – como consulta de faturas, impressão de segundas-vias de contas, informação de autoleitura e falta de energia, solicitações de manutenção da iluminação pública e aferição de medidores, registro de reclamações, entre outros. Um total de 18.669 protocolos de atendimento foi gerado via Agência Virtual em 2013 – mais de três vezes o total de protocolos do ano anterior (que foi de 6.088). Foram recebidas 1966 mensagens pelo e-mail atendimento@cocel.com.br (link "Fale Conosco" do site).

O teleatendimento da Companhia recebeu em 2013 um total de 111.558 ligações por meio do número 0800-7262121, quase 9.300 ligações por mês, na média. Foram 59.998 protocolos gerados via teleatendimento. A Companhia conta com três atendentes por turno, que também cumprem sobreaviso aos domingos e feriados – caso ocorra alguma situação emergencial (falta de energia em diversas regiões, por exemplo), e o plantão de atendimento a emergências necessite de auxílio. O sobreaviso foi implantado em setembro de 2013.

O Setor de Atendimento dispõe de softwares especialmente elaborados para registrar de forma segura e eficiente todos os contatos feitos pelos consumidores. O software da central telefônica registra todas as ligações, e possibilita que mesmo aqueles consumidores que não puderam ser atendidos em um primeiro momento recebam o retorno dos atendentes. Quando todos os atendentes estão ocupados, o consumidor é avisado que para que deixe sua mensagem e o mais rápido possível um atendente retornará a ligação.

Atendimentos pelo número 0800 - 726 2121	2010	2011	2012	2013
Total de ligações atendidas	98.731	104.120	114.006	111.558
% de ligações atendidas, do total de ligações registradas	78%	82,3%	82,9%	84%
% de ligações não atendidas de imediato	22%	17,7%	17,1%	16%
Tempo médio de espera até o início do atendimento	45s	33s	31s	32s

- *Apenas em 2009 a COCEL passou a contar com o software que possibilita o registro de todas as chamadas, assim como a separação entre as chamadas atendidas e perdidas.*

O atendimento pessoal registrou 85.565 protocolos em 2013. Além da recepção, são quatro guichês para atendimento ao consumidor. Há também os protocolos abertos automaticamente, quando o sistema identifica o pagamento de débitos que levaram a suspensão do fornecimento, a religação é automaticamente solicitada. Foram automaticamente gerados 5.125 protocolos em 2013.

Em 2013 foi realizada campanha de recadastramento dos consumidores beneficiados pela Tarifa Social de Energia Elétrica, onde a situação do Número de Identidade Social (NIS) de todas as unidades foi consultada para garantir que o benefício seja concedido apenas às famílias que atendem aos requisitos da legislação. Campanhas informativas, através do site oficial, divulgação em rádios e jornais locais são realizadas durante todo o ano para divulgar a tarifa social de energia elétrica, direitos e deveres dos consumidores e concessionárias, uso seguro e eficiente da energia, entre outros temas.

Agentes Arrecadadores

A fim de facilitar o pagamento das faturas de energia elétrica, a COCEL conta com 34 agentes arrecadadores conveniados e contratados, lotéricas, além de outros estabelecimentos comerciais que atuam como correspondentes bancários distribuídos em todas as regiões do município.

Ouvidoria

A Ouvidoria da COCEL é um setor independente dos demais, e fica à disposição dos clientes que desejarem registrar suas reclamações, sugestões ou críticas. É uma forma de ampliar os canais de comunicação entre a Companhia e seus consumidores. As Ouvidorias das Concessionárias são regulamentadas pela Resolução 470/2011 – ANEEL.

No ano de 2013 a Ouvidoria atendeu 98 reclamações de clientes, sendo que 9% delas foram feitas via telefone, 66% pessoalmente, 20% foram registradas junto à ANEEL e 5% no PROCOM.

Aspectos Operacionais

A classe industrial composta por 549 consumidores representa 1,2% do total de consumidores, 48,6% do mercado de energia em kWh, e 43,8% do faturamento bruto.

A relação consumidor-empregados passou de 376 para 396 consumidores para cada empregado em 2013.

A energia requerida ao longo do exercício de 2013 adquirida integralmente da nossa supridora Companhia Paranaense de Energia - COPEL apresentou um crescimento de 1,5%, passando de 299.814 MWh em 2012 para 304.326 MWh em 2013.

O consumo total de energia faturada pela COCEL, em 2013, totalizou 296.816 MWh um crescimento de 5,0%, comparando com a energia faturada no ano de 2012, que totalizou 282.603 MWh.

Mercado de Energia Vendida: (MWh)

Classe	2013	2012	Variação (%)	Participação (%)
Residencial	77.709	72.476	7,2	26,2
Industrial	144.358	142.086	1,6	48,6
Comercial	44.794	38.601	16,0	15,1
Rural	6.745	6.601	2,2	2,3
Poder Público	4.475	4.490	(0,3)	1,5
Iluminação Pública	13.075	12.765	2,4	4,4
Serviço Público	5.660	5.469	3,5	1,9
Consumo Próprio	116	115	0,7	-
TOTAL	296.932	282.603	5,1	100,00

Revisão Tarifária

A revisão tarifária está estabelecida no contrato de concessão e é realizada a cada quatro anos. São analisadas todas as receitas e despesas e também efetuada a reavaliação dos ativos necessários para a prestação dos serviços de energia elétrica. Após estas análises são definidas as novas tarifas.

Em 19 de Junho de 2012, conforme a Resolução Homologatória nº 1.297/2012 - ANEEL, ocorreu a terceira Revisão Tarifária Periódica quando as tarifas foram reajustadas em média 1,16% decorrente do Reposicionamento Tarifário - RT econômico de 1,11% da inclusão dos componentes financeiros relativos ao atual ciclo tarifário, de 0,44%, e da retirada dos componentes financeiros considerados no processo tarifário anterior.

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.465, DE 24 DE JANEIRO DE 2013.

As tarifas constantes do Anexo I, que contemplam a revisão tarifária extraordinária e os componentes financeiros pertinentes definidos no processo nº 48500.005370/2011– 90, estarão em vigor no período de 24 de janeiro de 2013 a 23 de junho de 2013.

A partir do mês de fevereiro, a Cocel fica isenta de pagamento da quota anual da Conta de Consumo de Combustíveis – CCC.

Fixar o valor mensal de R\$ 374.513,24 (trezentos e setenta e quatro mil, quinhentos e treze reais e vinte e quatro centavos), a ser repassado pela Eletrobrás à Cocel a partir de fevereiro de 2013, até o dia 10 do mês subsequente, referente ao equilíbrio da redução das tarifas das concessionárias de distribuição, conforme previsto no art. 13, inciso VIII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 4º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.566, DE 9 DE JULHO DE 2013.

As tarifas da base econômica da Cocel, constantes do Anexo II da Resolução Homologatória nº 1.465, de 24 de janeiro de 2013, ficam, em média, reajustadas em 2,32% (dois vírgula trinta e dois por cento), sendo 8,01% (oito vírgula zero um por cento) referentes ao reajuste tarifário anual econômico e -5,69% (cinco vírgula sessenta e nove por cento negativos) relativos aos componentes financeiros pertinentes.

O faturamento de energia elétrica incluída a receita não faturada apresentou um decréscimo de 12,26%, passando de R\$ 107.384 mil em 2012 para R\$ 94.216 mil em 2013.

Energia Vendida: (R\$ mil)

Classe	2013	2012	Varição (%)	Participação (%)
Residencial	31.065	35.202	(11,8)	32,9
Industrial	41.407	47.963	(13,7)	43,8
Comercial	14.965	16.071	(6,9)	15,8
Rural	1.114	1.255	(11,2)	1,2
Poder Público	1.666	1.945	(14,3)	1,8
Iluminação Pública	2.736	3.094	(11,6)	2,9
Serviço Público	1.512	1.698	(11,0)	1,6
TOTAL	94.465	107.228	(11,9)	100,00

Tarifas de Energia Elétrica

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica, excluído os valores do ICMS, COFINS e do PIS/PASEP, atingiu em Dezembro de 2013, R\$ 205,83/MWh, representando uma redução de 21,2% em relação a dezembro de 2012.

As perdas de energia elétrica ao longo do exercício em nosso sistema de distribuição, incluindo as comerciais e técnicas foram de 2,5%.

Classe	Tarifa Média em R\$/MWh Dez/2013	Tarifa Média em R\$/MWh Dez/2012
Residencial	249,07	310,43
Industrial	188,63	243,80
Comercial	219,23	280,40
Rural	149,88	178,53
Poder Público	232,88	303,39
Iluminação Pública	129,23	158,29
Serviço Público	166,31	205,55
Consumo Próprio	229,42	279,85
Tarifa Média	205,83	261,20

Qualidade do Fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são medidos pelos indicadores denominados de DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor), calculados através de Sistema Informatizado (Useall) módulo COD, que nos permite medir com bastante precisão os níveis de confiabilidade do sistema, possibilitando o desenvolvimento de ações preventivas, ao direcionarmos investimentos significativos no reforço e melhoria das redes existentes. O índice médio do DEC e FEC realizados no exercício 2013 no Conjunto Campo Largo foi de 9,73 e 8,44 e no Conjunto DCL foi de 12,76 e 7,47 respectivamente.

Resumo das Obras Realizadas

Ao longo de 2013 a COCEL aplicou parcela significativa dos seus recursos em obras de ampliação do seu sistema de distribuição de energia elétrica, tendo como prioridade à população localizada no interior do município através do programa de Eletrificação Rural "Luz para Todos".

Na tabela abaixo apresentamos um resumo das obras realizadas durante o ano de 2013.

Tipo da Obra	Rede B.T (m)	Rede A.T. (m)	Postes	Trafos	Potência Inst.(kVA)	Qtde de Obras	Investimento (R\$ Mil)
Ampliação Urbana	4.587	6.373	223	37	1.635	71	512
Reforço Urbano	915	2.410	38	49	2.607	50	686
Melhoria Urbana	13.523	10.050	542	94	2.117	263	1.520
Ampliação Rural	1.477	7.187	133	38	425	45	343
Reforço Rural	62	2.092	2	3	80	3	22
Melhoria Rural	2.907	7.956	203	54	390	102	550
Luz para Todos	1.325	8.220	138	27	227	27	315
Iluminação Pública	-	-	-	-	-	-	62
Subestação - Ampliação	-	-	-	-	-	-	130
Medidores Urbanos / Ramal Aéreo	-	-	-	-	-	-	982
Veículos	-	-	-	-	-	-	-
Intangíveis - softwares	-	-	-	-	-	-	159
Outros investimentos	-	-	-	-	-	-	131
TOTAL	24.796	44.288	1.279	302	7.481	561	5.412

Tabela comparativa de crescimento do Sistema de Distribuição

Sistema de Distribuição	2013	2012
Redes de distribuição - Baixa Tensão (Km)	757	732
Redes de distribuição - Alta Tensão (Km)	1.639	1.595
Postes - Unidade	32.946	31.667
Transformadores - Unidade	4.596	4.294
Potência instalada em Transformadores (KVA)	224.757	217.276
Consumidores	45.596	43.630

Universalização

O Processo de Universalização da Energia Elétrica no Brasil iniciou-se com a edição da Resolução ANEEL n.º 223, de 29 de abril de 2003, que regulamenta a aplicação da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com redação dada pela Lei nº 10.762 de 11 de novembro de 2003, que consistia em acabar com a exclusão elétrica no Brasil.

PROGRAMA “LUZ PARA TODOS”

O que é o Programa

O governo federal iniciou em 2004 o desafio de acabar com a exclusão elétrica no país com o lançamento do programa LUZ PARA TODOS, que tem o objetivo de levar energia elétrica para 10 milhões de pessoas do meio rural até 2008/2009. O programa, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia com participação da Eletrobrás e de suas empresas controladas, atenderá uma população equivalente aos estados de Piauí, Mato Grosso do Sul, Amazonas e do Distrito Federal.

O programa está orçado em R\$ 12,7 bilhões e está sendo realizado em parceria com as distribuidoras de energia e os governos estaduais. O governo federal destinará 9,1 bilhões ao programa. O restante será partilhado entre governos estaduais e agentes do setor.

Os recursos federais virão de fundos setoriais de energia - a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e a Reserva Global de Reversão (RGR).

O mapa da exclusão elétrica no país revela que as famílias sem acesso à energia estão majoritariamente nas localidades de menor Índice de Desenvolvimento Humano e nas famílias de baixa renda. Cerca de 90% destas famílias têm renda inferior a três salários mínimos e 80% estão no meio rural.

Histórico das Obras do “Programa Luz para Todos”

Nas obras do Programa Luz para Todos a COCEL fornece a ligação da energia elétrica até os domicílios de forma gratuita e inclui a instalação padrão de entrada além de três pontos de luz e duas tomadas. A COCEL atendeu no ano de 2013, 34 consumidores e desde o início do Programa, em Setembro de 2004, o total de clientes atendidos já chega a 1.377 abrangendo aproximadamente 6.500 habitantes.

Quadro de Metas Físicas do Programa (Previsto x Realizado)

Tipo	Realizado em 2013	Realizado 2004/2012	Realizado Total
Consumidores	34	1.343	1.377
Padrões de entrada	34	1.311	1.345
Kit Instalação interna	31	1.111	1.142
Km de rede A.T.	8	330	338
Km de rede B.T.	1	37	38
Postes	138	4.098	4.236
Transformadores	27	536	563
Potência instalada (kVA)	227	8.915	9.142

Programa “Luz Fraterna”

Programa instituído pelo Governo do Estado do Paraná, que se responsabiliza pelo pagamento das faturas dos consumidores que tenham o Bolsa Família cadastrado e consumam no máximo 120 KWh por mês. O programa atende também consumidores de classe rural que tenham o cartão do Bolsa Família com ligação monofásica ou bifásica com disjuntor de até 50 amperes para receber o benefício, os consumidores devem ter apenas uma unidade consumidora em seu nome.

Programa Luz Fraterna	2013	2012
Nº de residências atendidas	1.556	1.210
Residências atendidas pelo Programa Luz Fraterna, com relação ao total de consumidores residenciais	4,17	3,95
Receita de faturamento do Programa Luz Fraterna (R\$ mil)	160	174
Total da receita de faturamento do Programa Luz Fraterna em relação ao total da receita do faturamento residencial	0,72%	0,69%
Subsídio recebido do Governo Estadual, relativo aos consumidores do Programa Luz Fraterna (R\$ mil)	160	174

Tarifa do Programa Baixa Renda

O Programa de Baixa Renda é determinado pela Lei 12.212 de 20 de janeiro de 2010, e proporciona descontos nas faturas de energia, de acordo com as seguintes condições:

- I – família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – Cadastro Único, com renda familiar mensal *per capita* menor ou igual a meio salário mínimo nacional; ou
- II – quem receba o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC, nos termos dos arts. 20 e 21 da Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993; ou
- III – família inscrita no Cadastro Único com renda mensal de até 3 (três) salários mínimos, que tenha portador de doença ou deficiência cujo tratamento, procedimento médico ou terapêutico requeira o uso continuado de aparelhos, equipamentos ou instrumentos que, para o seu funcionamento, demandem consumo de energia elétrica.

A Tarifa Social de Energia Elétrica será aplicada somente a uma única unidade consumidora por família de baixa.

Tarifa de Baixa Renda	2013	2012
Nº de residências atendidas	3056	2.953
Residências atendidas pelo Programa Baixa Renda, com relação ao total de consumidores residenciais	8,20%	7,66%
Receita de faturamento na subclasse Baixa Renda (R\$ mil)	923	809
Total da receita de faturamento da classe de consumo "Baixa Renda" em relação ao total da receita do faturamento residencial	4,71%	3,62%
Subsídio recebido da Eletrobrás, relativo aos consumidores do Programa Baixa Renda (R\$ mil)	456	115

Projetos de Eficiência Energética

A COCEL ao elaborar o Programa Anual de Combate ao Desperdício de Energia Elétrica objetivou ações aplicadas à conscientização da correta utilização do uso da energia elétrica, as quais têm objetivado a educação da sociedade, no sentido do combate ao desperdício, postergando assim obras de expansão do sistema elétrico.

LAJIDA ou EBITDA

Os Lucros antes dos Juros, Impostos e Depreciação e Amortização (LAJIDA ou EBITDA) totalizou 5,9 milhões e margem de 9,6% em 2013, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Rubrica	2013	2012	2011
Depreciação / Amortização	2.501	2.247	2.806
Resultado das Atividades	3.410	6.440	5.604
EBITDA	5.911	8.687	8.410
Receita Operacional Líquida	61.896	61.951	55.453
Margem do EBITDA - %	9,6 %	14,0 %	15,2 %

Política de Reinvestimento e Distribuição de Dividendos

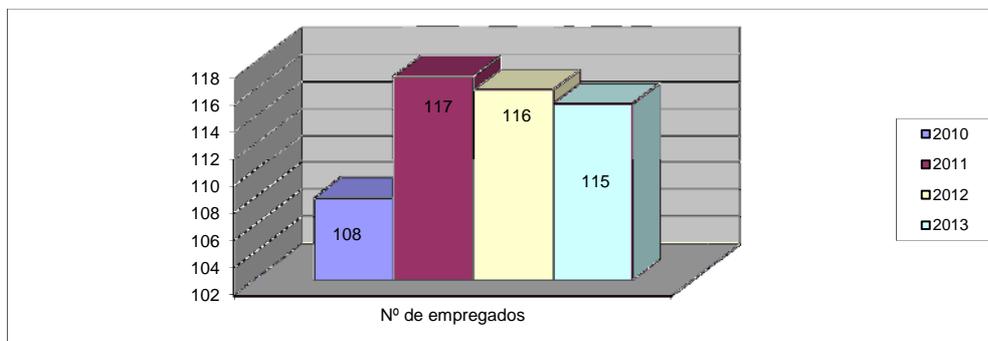
Aos acionistas é garantido estatutariamente um Dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária.

A concessionária optou por pagar juros sobre o capital próprio, de acordo com o artigo 9º da Lei n.º 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que permite sua dedutibilidade, para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social. No exercício de 2013, foi apropriado a título de juros sobre o capital próprio o montante de R\$ 1.250 mil, e também constituiu reserva no valor equivalente a 5% do lucro líquido do exercício.

Para atender ao seu programa de Investimento foi retido o saldo remanescente do lucro líquido do exercício no montante de R\$ 1.546 mil como Reserva de Retenção de Lucros, de modo a assegurar a realização de obras do próximo exercício pelo orçamento de capital de concessionária.

Quadro de Colaboradores Efetivos da COCEL

Ao final do exercício, o quadro efetivo de empregados da Companhia conta com 115 colaboradores.



Programa de Alimentação

A COCEL distribuiu através do Programa de Alimentação, R\$ 949 mil em créditos de vale alimentação, que beneficiou todos os seus funcionários registrados.

Convênio Médico

Os funcionários contam com o convênio empresarial em parceria com a UNIMED com cobertura em todo o território nacional. A parte do convênio a cargo dos funcionários é em média de 61% (sessenta e um por cento).

Nos meses de abril e/ou maio, é realizado campanha de vacinação antigripal estendido a todos os funcionários da Companhia.

Convênio odontológico

A COCEL mantém convênio odontológico que abrange em geral todos os tipos de tratamentos dentários. Inclusive implantes. Estende-se também aos dependentes. Sobram a cargo do funcionário em média 20% do tratamento.

Convênio Farmácia

A COCEL mantém Convênio Farmácia aos seus funcionários e dependentes. Quando apresentado a receita médica, o reembolso dos medicamentos é de 70%.

EDUCAÇÃO E TREINAMENTO

Programa de Estagiários

Mediante convênio com diversas instituições de ensino, dentre as quais: Pontifícia Universidade Católica – PUC, Universidades TUIUTI, Faculdade Cenequista Presidente Kennedy, Sociedade Paranaense de Ensino de Informática – SPEI, Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET, Centro Universitário Positivo – UNICENP e Centro de Integração Empresa Escola – CIEE. Contamos atualmente com **07** estudantes que realizam sua complementação de ensino, e que estão estagiando nas diversas áreas da companhia.

Menor Aprendiz - Combate a Mão de Obra infantil

A Companhia possui termo de compromisso com o SENAI – Serviço Nacional da Industria no intuito de colaborar com esta entidade nas ações sociais, encaminhando menores em sua vida profissional. Ao longo do exercício, 05 menores desenvolveram atividades na Companhia.

Ajuda de Custo de Material Escolar

A COCEL conta com o programa de auxílio de material escolar que abrange funcionários e seus dependentes, bastando o funcionário apresentar o comprovante de matrícula. No ano foram investidos R\$ 36 mil.

Segurança e Medicina do Trabalho

A COCEL mantém uma constante preocupação com a segurança no trabalho com implantações constantes de ações preventivas, dentre as quais, destaca-se a implantação em 2007 da Norma Reguladora 10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade. Também são estendidos a todos os funcionários práticas laborais com exercício semanais

Programas de Desenvolvimento e Treinamento

Ao longo do exercício, a companhia investiu o equivalente a R\$ 54 mil em bolsa de estudos visando formação técnica e o desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, objetivando desta forma manterem seu quadro funcional sempre atualizado com as últimas evoluções nas áreas tecnológica e gerencial, oferecendo aos mesmos a oportunidade de desenvolverem suas habilidades e potencialidades.

Dessa forma, a área de treinamento da companhia proporciona aos mesmos a oportunidade de realizarem cursos superiores moldados às necessidades e operações da concessionária, com educação contínua nas áreas de qualidade total, de segurança, de gestão e de extensão universitária.

Houve ainda investimento referente à aposentadoria privada Brasil Prev no valor de R\$ 27 mil.

Cursos e Palestras de Segurança do Trabalho Realizado na Companhia – 2013

Cursos	Carga Horária	Total de Funcionários Treinados
Treinamento de coordenação e proteção de redes (Coordenação e proteção)	8hs	43
Construção, manutenção e operação de rede de distribuição aérea.	102h/aula	1
Salvamento e resgate em estruturas de rede de distribuição	8hs	1
NR 35 – Trabalhos em altura	8hs	1
Curso de manut. rede de distrib. compacta em linhas desenergizadas (linha morta)	8hs	1
Relações interpessoais	10horas/aula	1
Fundamentos básicos de eletricidade	32horas/aula	1
Segurança do Trabalho – Riscos adicionais, acidentes de trabalho, EPIs e EPCs, normas regulamentadoras e riscos profissionais.	24horas/aula	1
Curso básico: segurança em instalações de serviços com eletricidade.	40horas	1
Curso Complementar: Segurança no sistema elétrico de potência- SEP e em suas proximidades.	40horas/aula	1
Responsabilidade civil e criminal	4horas/aula	1
XVII SIPAT- Semana interna de prevenção de acidentes	6hs	72
Treinamento de combate a incêndio	4hs	20
Sistema de gestão da qualidade.	1h	5
I Encontro de integração de ações em controle animal	3hs	15
Sistema de gestão da qualidade (ISO 9001 e 10002, escopo da COCEL, objetivos e indicadores da qualidade, missão, visão e políticas da qualidade, código de ética e procedimentos de atendimento).	4h	19
Treinamento – Auditor interno da qualidade – ISO 9001/10.002	32hs	26
Treinamento de reciclagem bienal da NR-10 (atendendo a lei nº6.514/77	88hs	83
Trabalhos em altura (Medidas de proteção para o trabalho em altura, envolvendo o planejamento, a organização e a execução, de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores).	8hs	23
NR 35 – Trabalhos em altura (Medidas de proteção para o trabalho em altura)	8hs	20
Curso de reciclagem em direção defensiva e preventiva	4hs	1
Curso de cipeiro (Estudo do ambiente, das condições de trabalho, bem como os riscos originados do processo produtivo).	20hs	14
Curso de cipeiro (Metodologia de investigação e análise de acidentes e doenças do trabalho)	20hs	14
Curso de cipeiro (Noções sobre acidentes e doenças do trabalho decorrentes de exposição aos riscos existentes na empresa).	20hs	14
Curso de cipeiro (Noções sobre Síndrome de Imunodeficiência adquirida – AIDS, e medidas de prevenção e noções sobre legislação trabalhista e previdenciária relativa à segurança e saúde no trabalho).	20hs	14
Curso de cipeiro (Princípios gerais de higiene do trabalho e medidas de controle dos riscos mediante elaboração do mapa de risco, organização da CIPA e outros assuntos necessários ao exercício das atribuições da comissão).	20hs	14

BALANÇO SOCIAL

1. Base de Cálculo	2013 – Valor (R\$ mil)			2012 – Valor (R\$ mil)		
Receita Líquida	67.458			67.101		
Lucro Operacional	2.943			4.681		
Folha de Pagamento Bruta	10.971			9.815		
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (R\$)	%sobre FPB	%sobre RL	Valor (R\$)	%sobre FPB	%sobre RL
Alimentação	949	8,7%	1,4%	874	8,9%	1,3%
Encargos Sociais Compulsórios sem diretoria	2.372	21,6%	3,5%	2.204	22,5%	3,3%
Previdência privada	27	0,3%	0,0%	25	0,3%	0,0%
Saúde	580	5,3%	0,9%	600	6,1%	0,9%
Segurança e Medicina no Trabalho	50	0,5%	0,1%	195	2,0%	0,3%
Educação	90	0,8%	0,1%	95	1,0%	0,2%
Cultura	-	-	-	-	-	-
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	63	0,6%	0,1%	37	0,4%	0,1%
Creches ou Auxílio Creche	-	-	-	-	-	-
Participação nos Lucros ou Resultados	412	3,8%	0,61%	397	4,0%	0,6%
Outros	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Total – Indicadores sociais internos	4.543	41,4%	6,7%	4.427	45,4%	6,6%
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (R\$)	%sobre LO	%sobre RL	Valor (R\$)	%sobre LO	%sobre RL
Educação	-	-	-	-	-	-
Cultura	-	-	-	-	-	-
Saúde e Saneamento	-	-	-	-	-	-
Esporte	-	-	-	-	-	-
Combate à fome e segurança alimentar	-	-	-	-	-	-
Programa “Luz Para Todos”	315	10,7%	0,5%	351	8,6%	0,5%
Programa de pesquisa e eficiência energética	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	88	2,2%	0,1%
Total das contribuições para a sociedade	315	10,7%	0,5%	439	10,7%	0,7%
Tributos (excluídos os encargos sociais)	31.475		46,7%	44.403		66,2%
Total – Indicadores Sociais Externos	31.790		47,1%	44.842		66,8%

	2013	2012
4) Indicadores do Corpo Funcional	N.º de empregados	N.º de empregados
N.º de empregados ao final do exercício	115	116
Nº de empregados terceirizados	46	51
Escolaridade dos empregados:		
Superior e extensão universitária	42	45
2º Grau	49	47
1º Grau	24	24
Faixa Etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	13	17
De 30 até 45 anos (exclusive)	64	64
Acima de 45 anos	38	35
Admissões durante o período	7	20
Demissões durante o período	8	19
N.º de mulheres que trabalham na empresa	21	24
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	26,7%	23,1%
Estagiários	7	4
Menor Aprendiz	5	5

5) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial						
	2013			2012		
Relação entre a maior e a menor remuneração	7,7			9,7		
Nº total de acidentes de trabalho	8			3		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos foram definidos	(X) Pela Direção	() Direção e gerências	() Todos os empregados	(X) Pela Direção	() Direção e gerências	() Todos os empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos	(X) Pela Direção	() Direção e gerências	() Todos os empregados	(X) Pela Direção	() Direção e gerências	() Todos os empregados
A previdência privada contempla	() Pela Direção	() Direção e gerências	(X) Todos os empregados	() Pela Direção	() Direção e gerências	(X) Todos os empregados
A Participação nos lucros ou resultados contempla	() Pela Direção	() Direção e gerências	(X) Todos os empregados	() Pela Direção	() Direção e gerências	(X) Todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa	() Não são considerados	(X) São sugeridos	São exigidos	() Não são considerados	(X) São sugeridos	São exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário	() Não se envolve	(X) Apoia	() Organiza e incentiva	() Não se envolve	(X) Apoia	() Organiza e incentiva

AGRADECIMENTOS

A COCEL agradece aos seus acionistas, em especial a colaboração do Governo do Município de Campo Largo, aos colaboradores da Companhia pelo profissionalismo e dedicação, aos clientes/consumidores e fornecedores pela confiança que depositaram ao longo de 2013.

Campo Largo, 31 de Dezembro de 2013.

Emidio Pianaro Junior
Diretor Presidente

Cassiano Henrique Pianaro
Diretor Técnico

Marcelo Rubens Krayevski
Diretor Administrativo

Adriano Huber
Diretor Jurídico

Marcus Preis
Diretor Econômico/Financeiro

Luciano Marcos Klos
Contador CRC/PR 027.658/O-8

Balço Patrimonial dos Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

ATIVO	2013	2012
CIRCULANTE		
Numerário Disponível	737	1.005
Aplicações no Mercado Aberto	2.553	1.215
Consumidores, Concessionários e Permissionários	10.242	11.268
Devedores Diversos	739	1.035
Serviços em Curso	70	505
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(915)	(785)
Estoques	1.075	1.119
Despesas pagas Antecipadamente	76	13
Outros Créditos	405	242
	14.982	15.617
NÃO CIRCULANTE		
Títulos e Valores Mobiliários	195	195
Depósitos Judiciais	40	40
Ativos financeiros	38.547	-
Outros	307	398
	39.089	633
Investimentos	288	288
Intangível em serviço	4.638	39.032
Intangível em curso	4.306	6.640
	9.232	45.960
	48.321	46.593
TOTAL DO ATIVO	63.303	62.210

Balço Patrimonial dos Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

PASSIVO	2013	2012
CIRCULANTE		
Fornecedores	5.493	5.009
Folha de Pagamento	186	488
Tributos e Contribuições Sociais	2.625	3.237
Participação nos Lucros	499	448
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	11	6
Empréstimos e Financiamentos	298	298
Credores Diversos	43	37
Obrigações Estimadas	977	797
Encargos do Consumidor	78	426
Encargos Tarifários	8	8
Pesquisa e Desenvolvimento. / Eficiência Energética	2.999	2.916
Provisões para Contingências	94	175
Outras Contas a Pagar	424	402
	13.735	14.247
NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos e Financiamentos	1.260	1.558
Obrigações Especiais	6.821	6.611
	8.081	8.169
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	36.000	34.000
Reservas de Capital	5.487	5.794
	41.487	39.794
TOTAL DO PASSIVO	63.303	62.210

Demonstrativo do Resultado dos Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

	2013	2012
Receita Operacional		
Fornecimento de Energia Elétrica	94.216	107.384
Outras Receitas	2.935	1.928
Receita de Construção	5.562	5.151
	102.713	114.463
Deduções da Receita Operacional		
ICMS	(24.624)	(29.540)
COFINS / PASEP	(8.976)	(10.128)
RGR - Quota para Reserva Global de Reversão	(61)	(804)
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	(814)	(3.090)
CCC - Quota para Conta de Consumo de Combustível	(172)	(3.000)
Pesquisa e Desenvolvimento / Eficiência Energética	(608)	(799)
	(35.255)	(47.361)
Receita Operacional Líquida	67.458	67.102
Custo do Serviço de Energia Elétrica		
Energia Elétrica comprada para Revenda	(36.877)	(33.171)
Encargo de Uso do Sistema de Transmissão/Distrib.	(3.403)	(6.107)
Pessoal	(4.860)	(4.467)
Material	(361)	(422)
Serviço de Terceiros	(841)	(939)
Depreciação e Amortização	(1.800)	(1.499)
Custo de Construção	(5.562)	(5.151)
Outras	(222)	(467)
	(53.926)	(52.223)
Lucro Operacional Bruto	13.532	14.879
Despesas Operacionais		
Despesas com Vendas	(2.222)	(2.049)
Despesas Gerais e Administrativas	(7.222)	(6.423)
Outras Despesas Operacionais	(678)	(393)
	(10.122)	(8.865)
Resultado do Serviço	3.410	6.014
Receita / Despesa Financeira		
Renda de Aplicações Financeiras	245	153
Variação Monetária e Acréscimo Moratório - Energia	990	1.102
Outras Receitas Financeiras	212	137
Juros sobre o Capital Próprio	(1.250)	(2.630)
Outras Despesas Financeiras	(528)	(697)
	(331)	(1.935)
Lucro antes da Contribuição Social e Imposto de Renda	3.079	4.079
Contribuição Social	(251)	(434)
Imposto de Renda	(648)	(1.147)
Lucro antes das Participações e da Reversão dos Juros Sobre o Capital Próprio	2.180	2.498
Participações nos Lucros	(487)	(448)
Reversão dos Juros Sobre o Capital Próprio	1.250	2.630
Lucro Líquido do Exercício	2.943	4.680
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações do Cap. Social - R\$	5,89	9,36

Demonstrativo do Fluxo de Caixa dos Exercícios encerrados em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

	2013	2012
Atividades Operacionais		
Lucro Líquido do Exercício	2.943	4.680
Despesas / Receitas que não Afetam o Caixa		
Provisão Para Crédito de Liquidação Duvidosa	129	(9)
Depreciação e Amortização de Investimentos	2760	2.493
Baixas do Imobilizado em Serviço	435	227
Provisões no Passivo Circulante	(80)	(7)
Provisões no Passivo Não Circulante	-	-
	6.187	7.384
Variações no Ativo Circulante		
Consumidores e Revendedores	1.026	(1.014)
Serviços em Curso	356	(9)
Outros Créditos	(84)	230
Estoques	45	(185)
Pagamentos Antecipados	(64)	5
Devedores Diversos	296	257
	1.575	(716)
Varição no Passivo Circulante		
Fornecedores	484	616
Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas	(71)	41
Tributos e Contribuições Sociais	(612)	125
Varição de Dividendos Declarados	5	(1.249)
Credores Diversos - Consumidores	6	5
Programa Eficientização Energética e Pesquisa e Desenvolv.	83	600
Encargos do Consumidor a recolher	(348)	(197)
Outras Contas a pagar	22	49
	(431)	(10)
Aplicações no Ativo Não Circulante		
Depósitos Judiciais	-	96
Tributos e Contribuições Sociais	91	263
	91	359
Aplicações no Passivo Não Circulante		
Parcelamento de débitos fiscais	-	(6)
	-	(6)
Total das Atividades Operacionais	7.422	7.011
Aplicações no Imobilizado - Obras de Distribuição	(5.014)	(5.374)
Contribuições do Consumidor	469	385
Depreciação/Amortização - Participação Financ.Consumidor	(259)	(247)
Participações Societárias	-	-
	(4.804)	(5.236)
Atividades de Financiamentos		
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	234
Amortização de Empréstimos	(212)	(187)
Juros sobre Financiamentos	(86)	(93)
Juros sobre o Capital Próprio	(1.250)	(2.630)
	(1.548)	(2.676)
Total de Efeitos no Caixa		
Saldo Inicial do Caixa	2.220	3.121
Saldo Final do Caixa	3.290	2.220
Variação no Caixa	1.070	(901)

Demonstração do Valor Adicionado dos Exercícios encerrados em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

	2013	2012
1. Geração do Valor Adicionado		
Receitas de Vendas de Energia	94.216	107.384
Outras Receitas de Serviços	2.935	1.928
Receita de Construção de redes	5.562	5.151
	102.713	114.463
Menos:		
Insumos		
Custo da Energia Comprada	(44.692)	(43.302)
Materiais	(975)	(947)
Serviços de Terceiros	(2.287)	(2.204)
Custos de Construção de Redes	(5.562)	(5.151)
Outros Custos Operacionais	(688)	(392)
	(54.204)	(51.996)
2. Valor Adicionado Bruto	48.509	62.467
Quota de Reintegrações/Amortizações	(2.501)	(2.694)
3. Valor Adicionado Líquido Gerado	46.008	59.773
Receitas Financeiras Líquidas	1.424	1.044
4. Valor Adicionado a Distribuir	47.432	60.817
5. Distribuição do Valor Adicionado		
Remuneração do Trabalho	12.020	10.937
Governo: Impostos e Contribuições	31.475	44.403
Encargos Financeiros e Variações Monetárias	506	349
Juros Sobre o Capital Próprio / Dividendos	1.250	2.630
Lucros Retidos	1.694	2.050
Participação nos Lucros	487	448
Total	47.432	60.817

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

Descrição	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	31.000	1.555	5.188	-	37.743
Aumento do Capital Social Conforme 104ª AGE e 44ª AGO de 31/05/2012					
- Com Reservas	3.000	-	(3.000)	-	-
- Com Lucros Acumulados	-	-	-	-	-
Lucro Líquido de Exercício	-	-	-	4.681	4.681
Destinação do Lucro proposta a AGO					
- Reserva Legal	-	234	-	(234)	-
- Reserva de Ret. do Lucro	-	-	1.816	(1.816)	-
JSCP (R\$ 5,26 por lote de mil ações)	-	-	-	(2.630)	(2.630)
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	34.000	1.789	4.004	-	39.794
Aumento do Capital Social Conforme 110ª AGE e 46ª AGO de 30/04/2013					
- Com Reservas	2.000	-	(2.000)	-	-
- Com Lucros Acumulados	-	-	-	-	-
Lucro Líquido de Exercício	-	-	-	2.943	2.943
Destinação do Lucro proposta a AGO					
- Reserva Legal	-	147	-	(147)	-
- Reserva de Retenção do Lucro	-	-	1.546	(1.546)	-
JSCP (R\$ 2,50 por lote de mil ações)	-	-	-	(1.250)	(1.250)
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	36.000	1.936	3.550	-	41.487

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL
CNPJ: 75.805.895/0001-30

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto Operacional

A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL, fundada em 05 de Março de 1968, é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, que detém 99,6% do seu Capital Social.

A Companhia tem como atividade principal a distribuição e a comercialização de energia elétrica no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, que possui uma área de 1.250 km².

A COCEL é uma Companhia eminentemente distribuidora de energia, sendo todo o seu mercado atendido através da compra de energia da Companhia Paranaense de Energia - COPEL.

2. Da Concessão

A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL detém a concessão para distribuir energia no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, junto ao órgão regulador do Serviço Público de Energia Elétrica, através da portaria nº 530 de 1º de Dezembro de 1998 do Ministério de Minas e Energia - MME, com vencimento em 07/07/2015.

Os contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica foram assinados a partir de 1995, em cada um desses contratos foram estabelecidas as tarifas iniciais e os mecanismos de sua alteração:

Reajuste Tarifário Anual;
Revisão Tarifária Extraordinária;
Revisão Tarifária Periódica.

No caso particular do contrato de concessão da COCEL de nº 27/98 que foi assinado em 30 de Março de 1999, a COCEL passou pela terceira revisão tarifária periódica em 24 de Junho de 2012, que constituiu em estabelecer o reposicionamento das tarifas de fornecimento de energia elétrica e a determinação do Fator X.

O Fator X considera os ganhos de produtividade da concessionária, previstos para o próximo período tarifário, decorrentes do crescimento do mercado atendido; a avaliação do grau de satisfação na percepção do consumidor; bem como a manutenção da condição de equilíbrio econômico-financeiro definida na revisão tarifária periódica;

O Fator X é estabelecido em função dos seguintes componentes:

- Xe que reflete os ganhos de produtividade esperados, derivados da mudança na escala do negócio por incremento do consumo de energia elétrica na área servida, tanto pelo aumento do consumo dos consumidores existentes bem como pela incorporação de novos consumidores, no período entre revisões tarifárias, calculado em cada revisão tarifária periódica;
- Xc que reflete a avaliação dos consumidores sobre a sua concessionária, sendo obtido mediante a utilização do resultado da pesquisa Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor – IASC, calculado em cada reajuste tarifário anual;
- Xa que reflete a aplicação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) para o componente mão de obra da Parcela B da concessionária, calculado em cada reajuste tarifário anual.

No contrato de concessão a receita inicial da concessionária é dividida em duas parcelas. A Parcela A envolve os chamados “custos não gerenciáveis” pela concessionária, relacionados à distribuição de energia elétrica e explicitamente indicada no contrato. São custos cujo montante e variações independem da vontade ou influência da concessionária, como a energia elétrica adquirida para atendimento aos clientes, os custos de transmissão e os encargos setoriais. A Parcela B compreende o valor remanescente da receita envolvendo, portanto, os ditos “custos gerenciáveis”. São custos próprios da atividade de distribuição e de

gestão comercial dos clientes, que estão sujeitos ao controle ou influência das práticas gerenciais adotadas pela concessionária, ou seja, os custos de operação (pessoal, material e serviços de terceiros). Além destes, a Parcela B inclui a remuneração do capital e os tributos. Os contratos de concessão contemplam procedimento específico para reajuste dessas parcelas durante cada ano do período tarifário.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia está adotando as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638, aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449 de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941 em 27 de maio de 2009, a qual modifica, revoga e introduz novas disposições da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76. A referida lei estabelece diversas alterações sobre a elaboração de demonstrações contábeis, visando o alinhamento com as normas internacionais de contabilidade. Nesse sentido, estão sendo observados de forma consistente os pronunciamentos do CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

4. Principais Práticas Contábeis Adotadas na Elaboração das Demonstrações Contábeis

ATIVO CIRCULANTE

4.1. Disponibilidades

Estão representadas por depósitos bancários avaliados ao custo de realização até a data do balanço patrimonial.

	2013	2012
Caixa	2	2
Contas Bancárias a Vista	354	482
Numerários em Trânsito	381	521
Total	737	1.005

O saldo de Numerário em Trânsito corresponde aos valores arrecadados pela rede bancária e ainda não creditados pela mesma.

4.2. Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras, no montante de R\$ 2.553 mil (R\$ 1.215 em 2012), estão concentradas na Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, e são remuneradas com base na variação do fundo DI, atualizadas até a data do Balanço.

4.3. Consumidores, Concessionários e Permissionários.

As contas a receber incluem os valores referentes ao faturamento já emitido, bem como a receita proveniente de energia fornecida e ainda não faturada ao final do exercício. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento do faturamento. Para a receita não faturada, conforme o ciclo de faturamento mensal é feita a provisão tendo como referência a carga real de energia disponibilizada e o índice de perda elétrica em bases anuais.

	2013	2012
Fornecimento Faturado	7.011	7.911
Fornecimento não Faturado	2.677	2.926
Outros	554	431
Total	10.242	11.268

O fornecimento faturado de energia apresenta o seguinte perfil por data de vencimento e classe:

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Consolidado
Consumidores	2013				2012
Residencial	1.146	982	353	2.481	2.854
Industrial	1.509	995	119	2.623	3.041
Comercial	675	259	175	1.109	1.224
Rural	37	24	-	61	61
Poder Público	132	88	59	279	265
Iluminação Pública	233	-	-	233	251
Serviço Público	129	3	-	132	150
Governo do Paraná – Luz Fraterna	93	-	-	93	65
Total	3.954	2.351	706	7.011	7.911

4.4. Devedores Diversos

	2013	2012
Tributos e Contribuições Sociais	473	872
Empregados	144	120
Devedores diversos - Baixa Renda	122	43
Total	739	1.035

4.5. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

O valor da PCLD reconhecida é considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização de créditos a receber.

Constituída com base nos valores a receber dos consumidores, sendo a classe residencial vencido a mais de 90 dias, classe comercial vencido a mais de 180 dias, e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos a mais de 360 dias, conforme definido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

Consumidores e Revendedores	2013	2012
Residencial	451	429
Industrial	127	111
Comercial	204	183
Rural	-	-
Poder Público	62	62
Parcelamentos	71	-
Total	915	785

4.6. Estoques

Corresponde a materiais no almoxarifado de manutenção e estão avaliados pelo custo médio de aquisição, no montante de R\$ 1.075 mil, (R\$ 1.119 em 31 de dezembro de 2012), e não excedem ao valor de mercado.

4.7. Despesas Pagas Antecipadamente

Prêmios de Seguros: Saldo dos pagamentos antecipados de prêmios de seguros vincendos, até a efetiva realização destas despesas pelo regime contábil de competência.

4.8. Outros Créditos

	2013	2012
RGR a Compensar	8	8
Arrendamento e alugueis de postes	34	15
Serviços Prestados a Terceiros	241	175
Desativações de bens em curso	(30)	(110)
Títulos de Créditos a receber	152	154
Total	405	242

ATIVO NÃO CIRCULANTE**4.9. Títulos e Valores Mobiliários**

O valor de R\$ 195 mil refere-se ao saldo histórico de precatórios que foram adquiridos com o objetivo de quitar pendências fiscais junto ao Governo do Estado.

4.10. DEPOSITOS JUDICIAIS

Depósitos vinculados a litígios recursais e cauções trabalhistas:

	2013	2012
Depósitos vinculados a litígios	40	40
Total	40	40

4.11. ATIVOS FINANCEIROS – Indenizáveis (concessão)

Refere-se a parcela do Intangível não amortizada até o final do contrato de concessão dos Investimentos realizados. Estes investimentos não amortizados serão revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão mediante o pagamento de indenização.

Ao longo da concessão o ativo indenizável é remunerado pelo custo médio ponderado de capital (WACC) regulatório, utilizado no cálculo dos componentes da tarifa de distribuição de energia elétrica da Companhia. O registro decorre da aplicação da Interpretação Técnica do ICPC 01 e da orientação OCPC 05 emitidas pelo CPC para os contratos de concessão.

4.12. Outros

Créditos de ICMS referente a aquisições do Ativo Imobilizado a ser compensado mensalmente a razão de 1/48 avos

	2013	2012
Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	307	399
Total	307	399

4.13. Investimentos

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

	2013	2012
Participações Societárias Permanentes	56	56
(-) Provisão para Desvalorização	(49)	(49)
Outros Investimentos	281	281
Total	288	288

4.14. Intangível

	2013			2012
	Intangível	Ativo financeiro	Líquido	Intangível Líquido
Intangível	419	(148)	271	436
Terrenos	279	(279)	-	279
Edificações, obras civis e benfeitorias	71	(57)	14	78
Máquinas e Equipamentos	41.710	(37.686)	4.024	37.306
Veículos	618	(308)	310	833
Móveis e Utensílios	88	(69)	19	100
	43.185	(38.547)	4.638	39.032
Imobilizado em Curso	4.306	-	4.306	6.640
	47.491	(38.547)	8.944	45.672

Registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC. Em função do disposto nas instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros, encargos financeiros e variações monetárias, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo. O mesmo procedimento foi adotado para os juros sobre o capital próprio (quando aplicável) que financiou as obras em andamento, conforme previsto na legislação específica do Serviço Público de Energia Elétrica.

4.15. Taxas de Depreciação

De acordo com a resolução ANEEL nº 367 de 02 de junho de 2009, as taxas de depreciação dos principais bens e instalações da Companhia registrada e controlada por Unidade de Cadastro - UC e passaram a ser aplicados a partir de Janeiro de 2012 são as seguintes:

Estrutura - Distribuição	3,57%
Condutor - Distribuição	3,57%
Luminária	4,55%
Medidor	7,69%
Transformador de Distribuição	4,0%
Veículo	14,29%
Equipamento Geral	6,25%
Edificação	3,33%

4.16. Dos Bens Vinculados à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

PASSIVO CIRCULANTE

4.17. Fornecedores

	2013	2012
Energia Comprada p/ Revenda	5.327	4.817
Materiais, Serviços e Outros	166	192
Total	5.493	5.009

4.18. Folha de Pagamento

	2013	2012
Saldo de Salários a Pagar	-	337
Tributos e Contribuições Sociais retidos na fonte	149	121
Consignações em favor da Concessão e/ou Terceiros	37	30
Total	186	488

4.19. Tributos e Contribuições Sociais

	2013	2012
IRPJ do exercício	-	40
ICMS a recolher	2.021	2.458
INSS s/Folha Pagamento empregados	172	160
FGTS s/Folha de Pagamento empregados	65	58
COFINS a recolher	279	389
PASEP a recolher	61	84
Contribuição Social s/Lucro Líquido	-	20
Parcelamentos RFB	-	7
Outros	27	21
Total	2.625	3.237

Cofins/Pasep: A tributação nas receitas é pela não cumulatividade estão sujeitas as alíquotas de 7,6% e 1,65%

4.20. Empréstimos e Financiamentos

Eletrobrás	2013		2012	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
ECF 063/2004	38	73	38	111
ECF 116/2005	98	293	98	390
ECF 182/2007	60	282	60	342
ECF 212/2008	102	612	102	715
Total	298	1.260	298	1.558

Taxa de Juros de 5% ao ano, "Pro Rate Temporis" sobre o saldo devedor corrigido, incorporado ao saldo durante o período de carência.

Taxa de Administração de 1% ao ano, vencível mensalmente sobre o saldo devedor corrigido.

4.21. Credores Diversos

	2013	2012
Contas pagas em Duplicidade	22	19
Outros credores	21	18
Total	43	37

4.22. Obrigações Estimadas

	2013	2012
Provisão de Férias/Gratificação	705	571
Provisão INSS/FGTS	272	226
Total	977	797

4.23. Encargos do Consumidor

	2013	2012
Quota p/ Conta de Consumo de Combustível	-	172
Taxa de Fiscalização	10	13
Conta de Desenvolvimento Energético	68	241
Total	78	426

4.24. Encargos Tarifários

	2013	2012
Encargos de Capacidade Emergencial	8	8
Total	8	8

4.25. Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e Programa de Eficiência Energética

	2013	2012
F.N.D.C.T	19	22
M.M.E.	10	11
Pesquisa e Desenvolvimento	1.120	920
Tesouro Nacional	-	33
Programa de Eficiência Energética	1.850	1.930
Total	2.999	2.916

4.26. Provisão Para Contingências

Descrição	2013		2012	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Trabalhistas	80	-	160	-
Cíveis	14	-	15	-
Total	94	-	175	-

Em atendimento à Deliberação da CVM nº 489/2005, destacamos que valor das causas Cíveis e Trabalhistas está classificado como de perdas possíveis ou de muito prováveis.

4.27. Outros Passivos Circulantes

	2013	2012
Contribuição para Custeio de Serviço de Iluminação Pública	250	238
Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	72	71
Taxa do Lixo - PMCL	99	91
Outros	3	2
Total	424	402

PASSIVO NÃO CIRCULANTE**4.28. Empréstimos e Financiamentos**

O Passivo Não circulante contém valores de Empréstimos e financiamentos constituídos com a Eletrobrás utilizados e aplicados no programa do governo federal "Luz para Todos", já mencionado seus saldos no item 4.20.

4.29. Obrigações Especiais Vinculadas a Concessão

Obrigações Especiais	2013	2012
Contribuições do consumidor	5.775	5.306
Universalização Serv.Públ.E.Elétrica	2.329	2.329
(-) Depreciação	(1.283)	(1.024)
Total	6.821	6.611

Refere-se a Contribuição do Consumidor, subvenções para investimentos e incentivos fiscais recebidos para possibilitar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica e estão vinculados ao ativo imobilizado e à concessão.

A partir de 2008, a Companhia passou a registrar as quotas de reintegração de acordo com o Despacho Aneel nº 3073/2006.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

4.30. Capital Social

	2013	2012
Prefeitura Municipal de Campo Largo	35.861	33.868
Demais Acionistas	139	132
Total	36.000	34.000

O Capital Social, totalmente integralizado, é representado por 500.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal, estando assim constituído:

	2013	2012
Prefeitura Municipal de Campo Largo	498.068.997	498.068.997
Demais Acionistas	1.931.003	1.931.003
Total	500.000.000	500.000.000

Em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, é assegurado aos Acionistas um Dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas.

4.31. Reserva de Lucros

	2013	2012
Reserva de Lucros	5.487	5.794

A reserva de retenção de lucros foi constituída com parte dos lucros do exercício, para dar suporte ao programa de investimento da companhia, que será efetuada com Capital Próprio por deliberação da Assembleia Geral.

A reserva legal, de constituição obrigatória de 5% do lucro líquido do exercício, é limitada a 20% do Capital Social.

4.32. Cálculo dos Dividendos

O artigo 9º da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, do valor dos juros sobre o capital próprio que serão pagos aos acionistas, calculados com base na variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP).

A concessionária optou por pagar juros sobre o capital próprio, em substituição aos dividendos, como distribuição de lucros do exercício no montante de R\$ 1.250 mil, e reter o remanescente do lucro líquido como reserva de retenção de lucros, de modo a assegurar a realização do programa de investimento a ser realizado no ano seguinte, suportado pelo orçamento anual

Em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, é assegurado aos Acionistas um Dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas.

A remuneração dos acionistas está assim demonstrada:

	2013	2012
Lucro Líquido do Exercício	2.943	4.681
(-) Reserva Legal	(147)	(234)
(-) Constituição da Reserva	(1.546)	(1.817)
(-) Juros s/Capital Próprio	(1.250)	(2.630)
Lucro ajustado	-	-

4.33. Seguros

Os principais ativos em serviço da empresa estão segurados, a especificação por modalidade de risco e data de vigência estão demonstradas a seguir:

Bem Segurado	Risco	Data da Vigência	Valor Segurado
Sede Social	Incêndio, Queda de Raio, Explosão	12/12/2013 / 11/12/2014	1.185
Almoxarifado	Incêndio, Queda de Raio, Explosão	12/12/2013 / 11/12/2014	1.120
ASCEL	Incêndio, Queda de Raio, Explosão	12/12/2013 / 11/12/2014	245
Subestação	Incêndio, Queda de Raio, Explosão	23/12/2013 / 22/12/2014	6.687
Veículos	Casco / Danos Corporais / Morte / Invalidez	20/05/2013 / 20/05/2014	Vlr.Mercado

4.34. Instrumentos Financeiros

Até 31 de Dezembro de 2013, a Companhia não realizou nenhuma operação com derivativos, bem como não mantém operações financeiras objetivando a proteção dos riscos de perda com flutuações nas taxas de juros e de câmbios, tendo em vista a inexistência de empréstimos e financiamentos com taxas pós-fixadas e/ou vinculados à moeda estrangeira.

Os valores de mercado estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados para produzir a estimativa mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias pode ter um efeito material nos valores estimados.

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Disponibilidades e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente e aplicações financeiras mantidas em bancos têm seus Valores de mercado próximos aos saldos contábeis.

Consumidores, Concessionários e Permissionários

O saldo de contas a receber tem seus valores de mercado próximos aos saldos Contábeis pela sua natureza de curto prazo.

Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser considerados como:

Risco de crédito

Esses riscos são administrados por normas específicas de aceitação de clientes análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente;

Concentração de risco de créditos

Como aproximadamente 2/3 das vendas de energia são efetuadas a um grande número de consumidores que representam mais de 90% de seu universo, o risco de crédito por esse fato se torna minimizado, além do acompanhamento das inadimplências verificadas nas diversas classes de consumidores, suspendendo seu fornecimento, decorrente de atrasos superiores aos regulamentares.

RESULTADO OPERACIONAL

4.35. Fornecimento de Energia Elétrica

Classes	Nº consumidores		Consumo em MWh		Valor – R\$ (mil)	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Fornecimento faturado						
Residencial	40.274	38.526	77.709	72.476	31.065	35.202
Industrial	549	506	144.358	142.086	41.407	47.963
Comercial	2.901	2.800	44.794	38.601	14.965	16.071
Rural	1.618	1.550	6.745	6.601	1.114	1.255
Poder Público	206	205	4.475	4.490	1.666	1.945
Iluminação Pública	1	1	13.075	12.765	2.736	3.094
Serviço Público	45	40	5.660	5.469	1.512	1.698
Consumo Próprio	2	2	116	115	-	-
Total Energia faturada	45.596	43.630	296.932	282.603	94.465	107.228
Não faturado	-	-	-	-	(249)	156
Receita de Construção	-	-	-	-	5.562	5.151
Outras Receitas	-	-	-	-	2.935	1.928
TOTAL	45.596	43.630	296.932	282.603	102.713	114.463

A receita de fornecimento de energia elétrica, são reconhecidas pelo faturamento mensal de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada corresponde ao período não lido. É estimada e reconhecida como receita do mês em que a energia foi constituída.

4.36. Outras Receitas

	2013	2012
Renda Prestação de Serviços	115	62
Serviço Taxado	710	660
Arrendamento e Aluguéis	772	770
Subvenção Baixa Renda	447	105
Subvenção Desc. Tarifas Serv. público	750	-
Receitas não operacional	74	174
Outros	67	157
Total	2.935	1.928

4.37. Receita de Construção e Custo de Construção

Estabelecido pela ICPC 01 / IFRIC 12, onde a concessionária de energia elétrica deve registrar a receita dos serviços prestados de acordo com os CPC 17/IAS 11 dos Contratos de Concessão e CPC/IAS 18, IFRIC 13 E SIC 31.

A Companhia contabiliza a receita e o custo de construção relativa a serviços de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de distribuição de energia elétrica conforme estágio de execução.

4.38. Quota Para Reserva Global de Reversão

	2013	2012
Quotas Recolhidas no Exercício	61	804
Total	61	804

4.39. Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

	2013	2012
Programa de Eficiência Energética	300	307
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	123	123
Fundo Nacional de Desenv. Científico e Tecnológico - FNDCT	123	124
Ministério de Minas e Energia - MME	62	61
Tesouro Nacional (*)	-	184
Total	608	799

Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Eficiência Energética – PEE, são programas de investimentos em os quais as concessionárias estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida, conforme Lei nº 9991/2000 e regulamentação nas Resoluções Aneel nº 300/2008 e 316/2008.

(*) Conforme a Lei nº 12.111 de 09/12/2009 em seu artigo 6º, desde 1º de Janeiro de 2010, com prazo final em 31/12/2012, as concessionárias e as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, ficaram obrigadas a recolher novo encargo setorial ao Tesouro Nacional, calculado em 0,30% sobre a ROL - Receita Operacional Líquida, para fins de ressarcimento às Unidades da Federação que tiveram perda de receita decorrente da queda de arrecadação de ICMS incidente sobre combustíveis fósseis utilizados na geração de energia elétrica, em virtude da interligação ao Sistema Interligado Nacional – SIN.

4.40. Energia Elétrica Comprada Para Revenda

	Em MWh		em R\$ (mil)	
	2013	2012	2013	2012
Copel – Compra de Energia	304.326	299.814	42.036	35.215
Encargos do Uso da Rede Elétrica			3.749	6.730
PROINFA			1.903	1.357
Valor da Subvenção CDE –Eletrobrás			(2.996)	
Crédito COFINS / PASEP			(4.412)	(4.024)
Total	304.326	299.814	40.280	39.278

4.41. Custos Gerenciáveis

A composição dos custos e despesas operacionais em 2013 e 2012 são as seguintes:

2013	Custo de Bens e/ou Serviços	Despesas com Vendas	Despesas Gerais Administrativas	Total Consolidado
Pessoal/Administradores	4.860	1.693	4.418	10.971
Material	361	28	564	953
Serviços de Terceiros	841	494	1.930	3.265
Depreciação e amortização	1.800	7	310	2.117
Taxa de Fiscalização	108	16	9	133
Arrendamento e Aluguéis	-	5	101	106
Seguros	52	-	36	88
Tributos	-	-	79	79
Doações, Contribuições e Subvenções	-	-	69	69
Provisões	-	129	(80)	49
(-) Recuperação de despesas	(2)	-	(371)	(373)
Outras despesas	2	-	109	111
Custo dos Serviços prestados a terceiros	62	-	-	62
Indenização de Equipamentos	-	128	-	128
Custo com construção	5.562	-	-	5.562
Despesas Não Operacionais	-	-	448	448
Total	13.646	2.500	7.622	23.768

2012	Custo de Bens e/ou Serviços	Despesas com Vendas	Despesas Gerais Administrativas	Total Consolidado
Pessoal/Administradores	4.467	1.605	3.743	9.815
Material	422	51	451	924
Serviços de Terceiros	939	385	1.935	3.259
Depreciação e amortização	1.499	7	295	1.801
Taxa de Fiscalização	115	17	10	142
Arrendamento e Aluguéis	-	56	72	128
Seguros	44	-	29	73
Tributos	1	-	74	75
Doações, Contribuições e Subvenções	-	-	174	174
Provisões	-	(8)	(7)	(15)
(-) Recuperação de despesas	-	-	(77)	(77)
Outras despesas	25	-	143	168
Custo dos Serviços prestados a terceiros	108	-	-	108
Indenização de Equipamentos	-	52	-	52
Despesas Não Operacionais	173	-	-	173
Total	7.793	2.165	6.842	16.800

5. Participação nos Resultados.

Em 1999 a Companhia implantou o programa de participação dos Empregados nos lucros ou resultados baseados em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos.

A empresa constituiu provisão para pagamento de participações nos lucros do exercício de 2012, no valor de R\$ 448 mil, abaixo do montante máximo a ser pago, conforme consta no Art. 29, incisos V e VI, do Estatuto Social, estando este sujeito a aprovação da Assembleia Geral Ordinária.

6. Universalização do serviço Público de Energia Elétrica

Conforme Decreto nº 4.873, de 11 de Novembro de 2.003, foi instituído o Programa de Universalização - Luz para Todos, a ser realizado sem qualquer ônus aos consumidores.

Foram celebrados 4 (quatro) contratos junto a Eletrobrás para a realização das obras do Programa "Luz para Todos", ou seja, 4 (quatro) etapas que deverão ser cumpridas, conforme discriminado no quadro abaixo:

Contrapartida	1ª etapa	2ª etapa	3ª etapa	4ª etapa	Total
	Contrato nº 063/04	Contrato nº 116/05	Contrato nº 182/07	Contrato nº 212/08	
COCEL	216	528	162	543	1.449
CDE	432	1.056	-	1.303	2.791
RGR	432	1.056	663	1.303	3.454
TOTAL	1.080	2.640	825	3.149	7.694

Sendo:

RGR – Reserva Global de Reversão – Recursos decorrentes de subvenção econômica. Financiado.

CDE – Conta de Desenvolvimento Energético – Subsidiado.

COCEL – Agente Executor – Recursos próprios.

7. Demonstração do Resultado Segregado por Atividade

Todos os valores contidos no Balanço Patrimonial referem-se única e exclusivamente as atividades de Distribuição, tendo em vista que a concessionária é uma Companhia eminentemente distribuidora de energia, atendendo somente o município de Campo Largo, e ainda não possuindo nenhuma atividade atípica.

Emidio Pianaro Junior
Diretor Presidente

Cassiano Henrique Pianaro
Diretor Técnico

Marcelo Rubens Krayevski
Diretor Administrativo

Adriano Huber
Diretor Jurídico

Marcus Preis
Diretor Econômico/Financeiro

Luciano Marcos Klos
Contador CRC/PR 027.658/O-8

Campo Largo, 31 de Dezembro de 2013.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Campolarguense de Energia- COCEL, dando cumprimento as disposições legais e estatutárias, além de terem acompanhado através de balancetes trimestrais a gestão econômico-financeira da referida empresa, examinaram as Demonstrações Contábeis, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração do Fluxo de Caixa, as Notas Explicativas, o Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao ano de 2013, são de parecer que refletem com propriedade a situação patrimonial e financeira da Companhia, bem como o resultado de suas operações, estando assim, tais documentos em condições de serem submetidos à apreciação e conseqüente aprovação pelos senhores Acionistas.

Campo Largo, 01 de abril de 2014.

PRISCILA DO ROCIO MIQUELETO OSSOWSKY

MARCIA REGINA SABIM

FIDELIS LAGNI

ANTONIO ANGELO RIBEIRO

SEBASTIÃO TORRES

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º- do Estatuto Social da Companhia e tendo como base os termos dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, decidem aprovar as Demonstrações Contábeis previstas no artigo 176 das sociedades por Ações, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, submetendo-os à deliberação final da Assembleia Geral.

Campo Largo, 01 de abril de 2014.

ADILSON CHAVES

ANDREA ALVES DOS SANTOS

JOÃO MARIA DA SILVA

RODRIGO TABALDI

VICENTE FELTRIN

WILSON PAULART

ANTONIO ADRIANO TOALDO

JANE MARA SALIN

LAURINDO BARRICHELLO

JANETH ALVES DA SILVA

SIVONEI TEREZINHA POLTRONIERI BASSANI

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Campolarguense de Energia - COCEL
Campo Largo - PR.

Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia Campolarguense de Energia - COCEL** (Sociedade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes:

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria, que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis:

A Sociedade mantém registrado no grupo de contas Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica, no Passivo Não Circulante, o valor de R\$ 6.821 mil. Devido à ausência de conciliação dos valores mantidos em referido grupo, bem como de controles analíticos para suportar os saldos contábeis, não foi possível aplicarmos procedimentos de auditoria que nos permitissem concluir quanto a adequação dos saldos apresentados.

Opinião com ressalvas sobre as Demonstrações Contábeis:

Em nossa opinião, exceto quanto ao possível efeito do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia Campolarguense de Energia - COCEL** em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, cujos valores estão sendo apresentados para fins de comparação, foram por nós examinadas. Nosso relatório, datado de 12 de abril de 2013, foi emitido contendo modificação de opinião quanto a não aplicação das disposições previstas no ICPC 01 - Contratos de Concessão, para elaboração de suas demonstrações contábeis e quanto ao mesmo assunto descrito no parágrafo Base opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis.

Maringá - PR, 28 de março de 2014.

BEZ & Associados Auditores Independentes S/S
CRC PR 5.010/O-2


Valdemir Bez
Contador

CRC PR 037.262/O-2